

### 3.5 – Análise dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

#### 3.5.1. Despesas com Pessoal da União

##### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADA	DESPESAS EXECUTADA	2009/2008
	Jan/2008 a Dez/2008	Jan/2009 a Dez/2009	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	107.509.293	125.007.644	16,28%
Pessoal Ativo	56.630.903	66.618.863	17,64%
Pessoal Inativo e Pensionistas	50.878.390	58.388.780	14,76%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.779.022	18.577.495	34,82%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	89.430	119.087	33,16%
Decorrentes de Decisão Judicial	2.190.846	2.393.398	9,25%
Despesas de Exercícios Anteriores	887.440	485.114	-45,34%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.611.305	15.579.897	46,82%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	93.730.272	106.430.148	13,55%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	428.563.288	437.199.421	2,02%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100]	21,87%	24,34%	11,31%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%¹	162.425.886	165.698.581	2,02%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	154.325.640	157.435.512	2,02%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009 e de 2008/STN

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da LRF foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2009. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu um aumento em 2009 comparado com 2008, passando de 21,87% para 24,34%. Esse incremento pode ser explicado pelo crescimento nominal da despesas de pessoal (13,55%) ter sido maior que o aumento da RCL (2,02%).

##### COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)

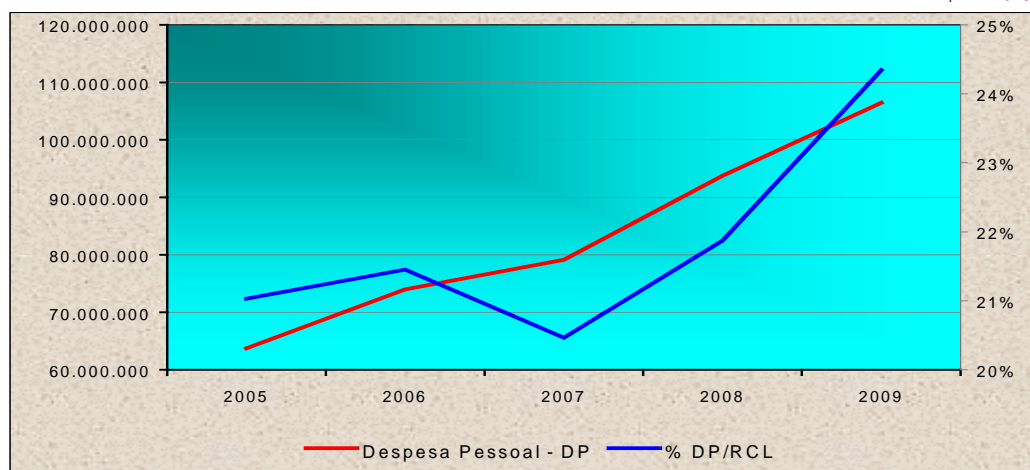
R\$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa Pessoal para fins de apuração do limite - DP	63.729.926	73.958.766	79.128.842	93.730.272	106.430.148
% DP/RCL	21,03%	21,45%	20,46%	21,87%	24,34%
Limite permitido	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

##### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)

R\$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

### 3.5.2. Dívida Pública Consolidada

Registrou-se, em 2009, aumento da relação entre o endividamento público e o PIB, tendo contribuído para isso o impacto da crise financeira internacional sobre o nível de atividade e, consequentemente, sobre as receitas públicas, bem como as medidas anticíclicas adotadas para mitigar os efeitos da crise. Com isso, interrompeu-se a trajetória de cinco anos consecutivos de redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) como proporção do PIB.

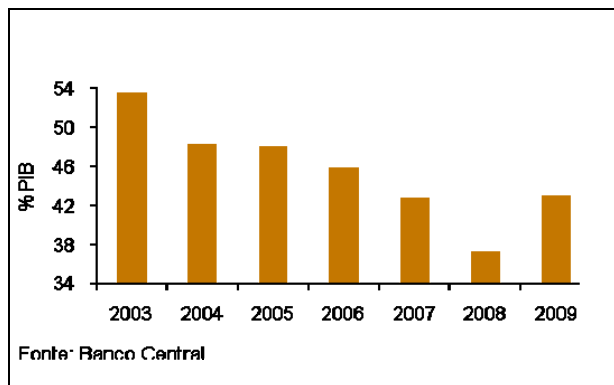
Ressalte-se que em 2008, com a eclosão da crise financeira internacional, a desvalorização cambial acumulada no ano atingiu 32%, contribuindo para reduzir a relação DLSP/PIB, já que a DLSP registra saldo credor vinculado ao câmbio.

Em 2009, com a valorização cambial de 25,5%, e o retorno da taxa de câmbio a níveis próximos ao registrado no final de 2007, esse impacto foi invertido. As mudanças na taxa de câmbio contribuíram para que a DLSP, que havia atingido 42,8% do PIB em 2007 e 37,3% em 2008, retornasse para 43% em 2009.

O déficit nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, também registrou elevação em 2009, em valores correntes e quando comparado ao PIB.

Destaque-se, entretanto, que as perspectivas para o médio e longo prazo continuam favoráveis, indicando a redução dos níveis de déficit e endividamento.

#### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

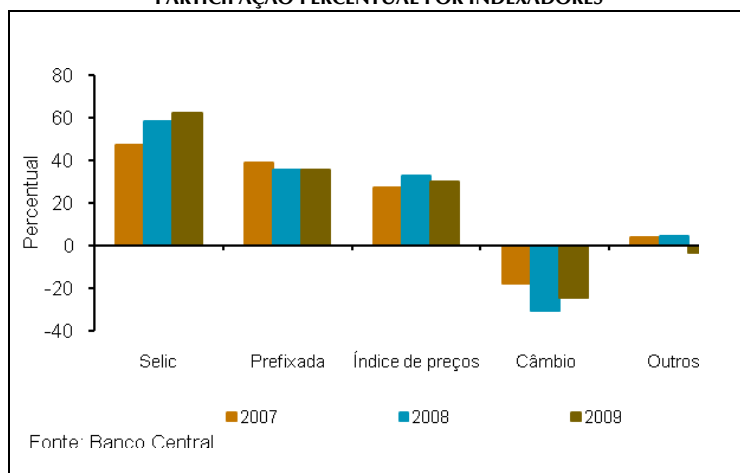


A composição da DLSP alterou-se em 2009, com destaque para a redução da parcela credora vinculada ao câmbio que registra, desde meados de 2006, saldo credor líquido, decorrente, sobretudo, do crescimento das reservas internacionais. A redução, em 2009, dessa parcela deve-se à valorização cambial ocorrida no período.

Ressalte-se que a existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. Houve também redução da participação de títulos vinculados a índices de preços no total da DLSP. Por outro lado, as parcelas da DLSP prefixada e vinculada à taxa Selic apresentaram crescimento.

Além de mudança na composição, registrou-se, ainda, aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.

#### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA – FATORES CONDICIONANTES**

DISCRIMINAÇÃO	2007		2008		2009	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Dívida líquida total – Saldo	1200 799	42,8	1153 631	37,3	1345 325	43,0
<b>Fluxos</b>	<b>Acumulados no ano</b>					
Var. DLSP	88 098	-3,1	-47 168	-5,5	191 694	5,6
Fatores	88 098	3,1	-47 168	-1,5	191 694	6,1
NFSP	71 492	2,5	57 240	1,9	104 622	3,3
Primário	-89 730	-3,2	-106 420	-3,4	-64 518	-2,1
Juros	161 222	5,7	163 660	5,3	169 140	5,4
Ajuste cambial	21 016	0,7	-77 373	-2,5	79 754	2,5
Dív. interna <sup>1/</sup>	-2 432	-0,1	3 180	0,1	-3 414	-0,1
Dív. externa	23 449	0,8	-80 553	-2,6	83 168	2,7
Outros <sup>2/</sup>	-2 516	-0,1	-26 404	-0,9	10 880	0,3
Reconhecimento de dívidas	- 630	0,0	135	0,0	- 345	0,0
Privatizações	-1265	0,0	-767	0,0	-3217	-0,1
Efeito crescimento PIB		-6,2		-4,0		-0,5

Fonte: Banco Central

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

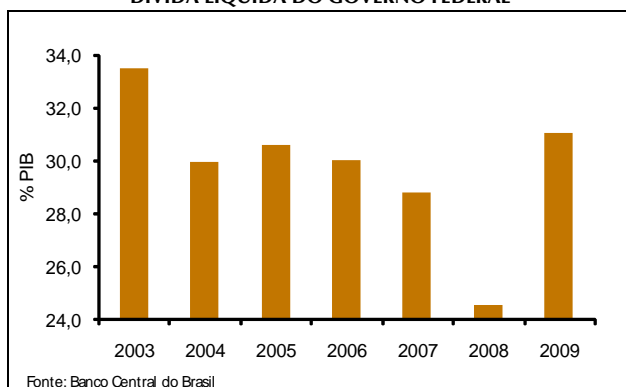
2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

### Dívida Líquida do Governo Federal

A dívida líquida do Governo Federal alcançou, em 2009, 31% do PIB, elevando-se 6,4 p.p. do PIB em relação a 2008. A dívida mobiliária federal, componente mais importante da dívida líquida, alcançou 44,7% do PIB.

Destaque-se, por outro lado, a redução da dívida externa líquida do Governo Federal, que passou de 4,1% do PIB em 2008 para 3% em 2009. Essa redução foi determinada, principalmente, pela valorização cambial de 25,5% verificada em 2009.

**DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL**



### Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2009 em R\$ 971,9 bilhões, contra R\$ 760,3 bilhões observados no exercício anterior.

Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve elevação no período, passando de 177,41% em 2008 para 222,29% em 2009.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da

Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem no 154/2000 e Aviso no 1.354 - Casa Civil, de 2000.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.714.930.326	1.896.318.286	2.107.793.785	2.179.091.992
Dívida Mobiliária	1.828.615.101	1.801.874.043	1.951.960.617	2.087.639.820
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	(171.416.013)	45.782.887	110.624.636	52.211.888
Dívida Contratual	35.206.534	27.033.663	24.322.354	19.203.574
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	63.729	65.749	57.962	144.695
Outras Dívidas	22.460.973	21.561.943	20.828.215	19.892.016
DEDUÇÕES (II)	954.617.739	1.086.069.633	1.194.954.219	1.207.223.067
Ativo Disponível	256.475.363	375.343.743	395.416.635	407.029.516
Haveres Financeiros	698.142.376	710.725.890	799.537.583	800.193.551
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	760.312.587	810.248.653	912.839.566	971.868.925
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	428.563.288	420.877.832	423.852.829	437.199.421
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	400,16%	450,56%	497,29%	498,42%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	177,41%	192,51%	215,37%	222,29%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % >¹	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil.

¹ Limite em regulamentação.

**COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)**

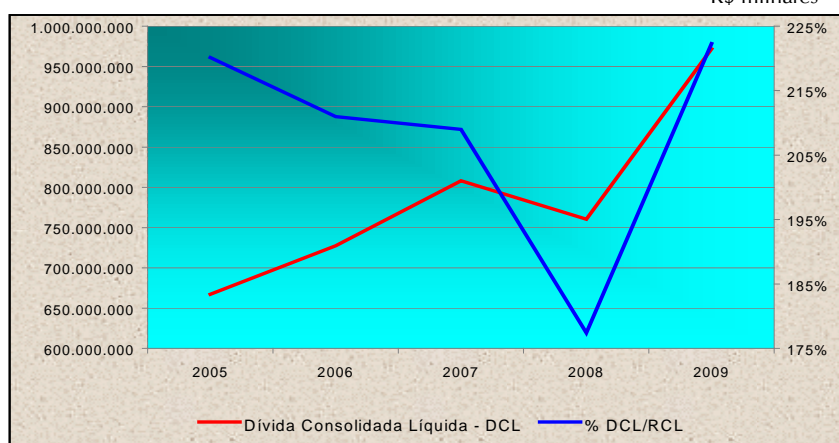
R\$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Consolidada Líquida - DCL	667.049.124	727.320.544	808.097.114	760.312.587	971.868.925
% DCL/RCL	220,14%	210,98%	208,98%	177,41%	222,29%
Limite permitido	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

**EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)**

R\$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

### 3.5.3 - Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

**LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS**

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	92.786.846	90.810.210	84.650.945	87.335.930
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	428.563.288	420.877.832	423.852.829	437.199.421
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	21,65%	21,58%	19,97%	19,98%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	257.137.973	252.526.699	254.311.698	262.319.653

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2009 apresentou decréscimo de cerca de R\$ 5,45 bilhões, representando variação negativa da ordem de 5,87% em relação ao exercício de 2008. Importante observar ainda que não houve garantia honrada pela União no exercício de 2009, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo.

**COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)**

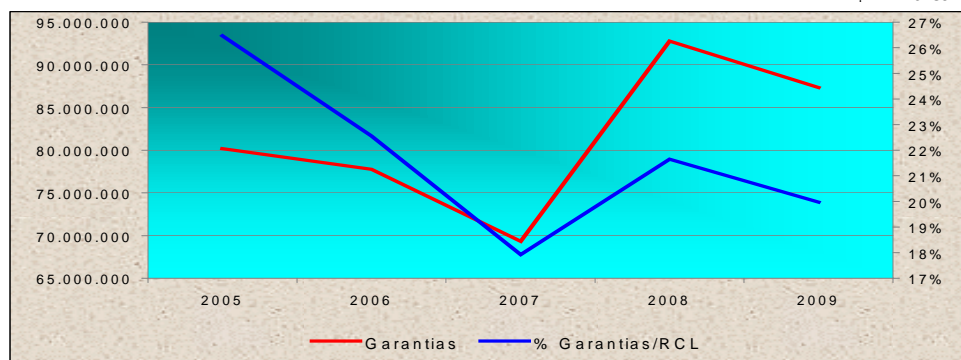
R\$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Garantias	80.187.279	77.753.042	69.331.565	92.786.846	87.335.930
% Garantias/RCL	26,46%	22,55%	17,93%	21,65%	19,98%
Limite permitido	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

**EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)**

R\$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

**3.5.4. Operações de Crédito**
**DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

R\$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	686.343.255
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO (II)	517.912.000
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	79.908.537
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	68.305.513
(-) Aporte Bacen MP 435/2008	11.603.023
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	437.199.421
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V) = (I) - (II) - (III)	20,25%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 60% <sup>4</sup>	262.319.653

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

Em 2009, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R\$ 686,34 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2009. Além disso, a Resolução do Senado Federal nº 41/2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

a) ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;

b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos

cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

c) a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

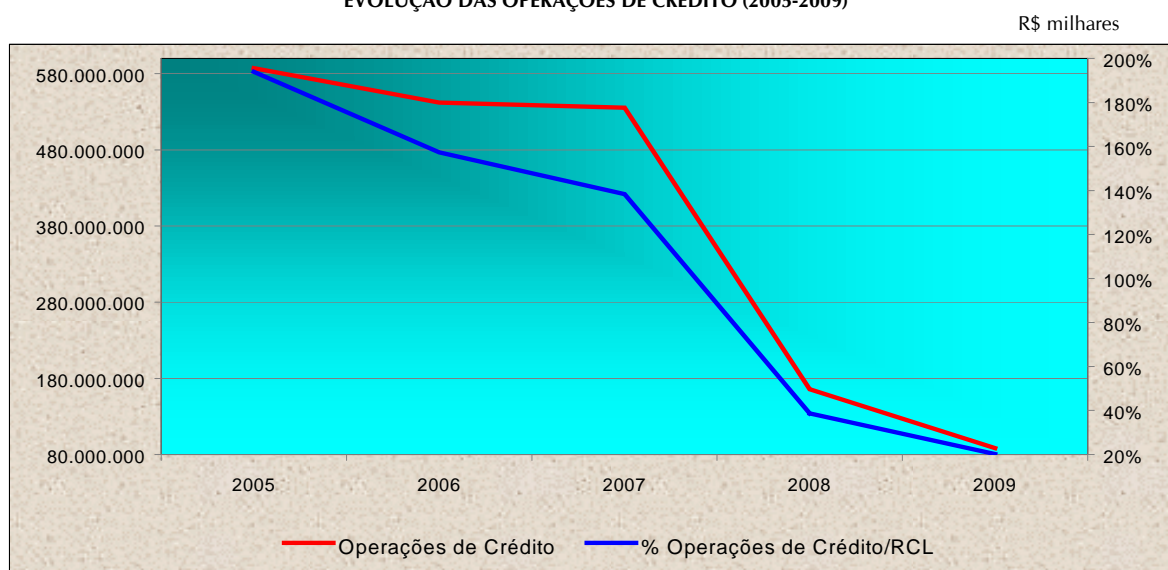
Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 20,25% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

#### COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)

	2005	2006	2007	2008	2009
Operações de Crédito	587.242.536	542.168.242	535.239.592	165.781.175	88.522.719
% Operações de Crédito/RCL	193,80%	157,27%	138,42%	38,68%	20,25%
Limite permitido	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

#### EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

#### 3.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Os demonstrativos publicados pelo Poder Executivo Federal no RGF do 3º quadrimestre de 2009 estão demonstrados a seguir.

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

R\$ milhares			
<b>ATIVO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>VALOR</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	444.702.917	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	28.670.496
Caixa	8.156	Depósitos	2.600.914
Bancos	400.784.197	Restos a Pagar Processados	8.740.369
Conta Movimento	230.332.959	Do Exercício	3.856.304
Contas Vinculadas	170.451.238	De Exercícios Anteriores	4.884.065
Aplicações Financeiras	43.910.563	Outras Obrigações Financeiras	17.329.213
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Recursos Vinculados a Liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União	6.164.525
		Diversas Obrigações	11.164.688
<b>SUBTOTAL</b>	<b>444.702.917</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>28.670.496</b>
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	416.032.420
<b>TOTAL</b>	<b>444.702.917</b>	<b>TOTAL</b>	<b>444.702.917</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>88.622.517</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)</b>			<b>327.409.903</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<b>ATIVO</b>	<b>VALOR</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>VALOR</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	10.376.110	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	15.986.029
Caixa	-	Depósitos	2.863.779
Bancos	1.135.198	Restos a Pagar Processados	13.055.590
Conta Movimento	3.195	Do Exercício	13.004.203
Contas Vinculadas	1.132.002	De Exercícios Anteriores	51.387
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	66.660
Outras Disponibilidades Financeiras	9.240.912		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	5.609.919	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0
<b>TOTAL</b>	<b>15.986.029</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15.986.029</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>831.616</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)</b>			<b>-</b>

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa, existentes em 31.12.2009, segregadas em regime geral e previdenciário e as exigibilidades de curto prazo.

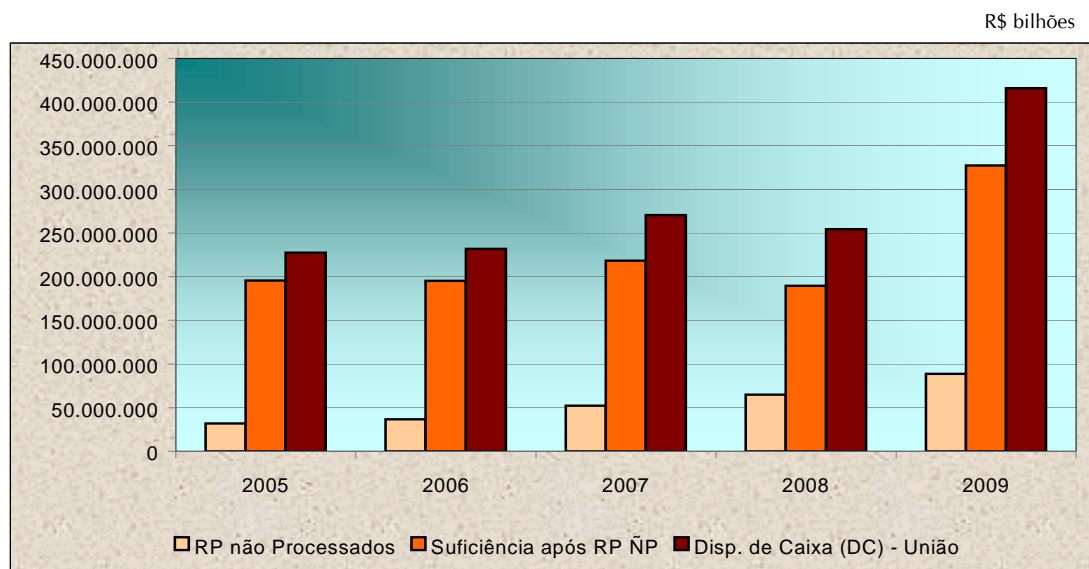
**COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2005-2009)**

R\$ milhares					
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Disp. de Caixa (DC) - União	227.571.466	231.918.016	270.623.944	254.428.768	416.032.420
RP não Processados	31.783.227	36.731.067	52.322.709	64.954.529	88.622.517
Suficiência após RP ÑP	195.788.239	195.186.949	218.301.235	189.474.239	327.409.903

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009



**EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2005-2009)**



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

R\$ milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.256.677	1.096.533	14.035.899	38.642.886	410
Presidência da República	9.621	7.831	136.527	1.532.135	5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.149	146	375.603	386.284	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11.610	15.377	94.769	671.414	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	28.156	13.721	76.566	258.744	0
Ministério da Fazenda	25.846	71.241	2.637.398	8.571.158	92
Ministério da Educação	5.595	205	43.465	644.378	0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	226	22	9.940	64.126	0
Ministério da Justiça	1.824	17.268	36.649	442.385	21
Ministério de Minas e Energia	16	521	1.551.203	2.625.943	0
Ministério da Previdência Social	2.945	1.748	2.085	6.886	0
Ministério das Relações Exteriores	22	51	631	20.490	4
Ministério da Saúde	928.752	61.122	428.042	6.074.280	40
Ministério do Trabalho e Emprego	2	1.014	347.830	170.174	0
Ministério dos Transportes	22	0	22.899	36.341	0
Ministério das Comunicações	2.009	9	2.154	50.783	0
Ministério da Cultura	1.097	92	35.843	78.026	0
Ministério do Meio Ambiente	146	16	10.255	46.485	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	9.281	4.215	189.715	664.572	0
Ministério do Esporte	1.426	445	722.415	856.781	0
Ministério da Defesa	131.800	194.214	444.147	3.397.600	246
Ministério da Integração Nacional	82.038	14.210	1.671.180	2.462.614	0
Ministério do Turismo	2.531	9.754	1.466.415	1.903.867	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.141	134.085	18.150	118.196	0
Ministério das Cidades	7.423	549.227	3.712.019	7.559.224	0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.678.775	15.763.974	9.407.164	27.368.184	4.719
Presidência da República	1.720	33.085	23.025	146.908	0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	1.298	4.489	112.411	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.944	255.760	6.761	579.569	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	63.789	207.443	191.282	696.050	4
Ministério da Fazenda	299	149.250	470.673	1.028.452	0
Ministério da Educação	498.615	1.656.208	1.207.894	5.646.347	2.077
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	97	13.721	27.765	74.153	0
Ministério da Justiça	3.502	13.428	245.293	406.146	17
Ministério de Minas e Energia	584	4.764	12.307	233.565	8
Ministério da Previdência Social	51.387	13.004.203	184.647	646.969	95
Ministério das Relações Exteriores	0	0	52	1.631	0
Ministério da Saúde	2.521.188	44.589	648.793	2.175.457	2.032



ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Ministério do Trabalho e Emprego	90	5.126	40.439	538.609	280
Ministério dos Transportes	128.580	259.110	3.357.905	6.789.169	6
Ministério das Comunicações	2	732	49.398	78.034	0
Ministério da Cultura	5.843	2.119	33.606	330.612	1
Ministério do Meio Ambiente	13	719	21.550	101.882	1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.458	3.704	646.545	1.611.003	29
Ministério da Defesa	10.565	28.196	21.524	169.173	160
Ministério da Integração Nacional	124.528	33.704	1.438.649	4.625.051	0
Ministério do Turismo	0	0	3.503	18.069	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	248.971	38.565	1.655	49.587	0
Ministério das Cidades	7.602	8.251	769.408	1.309.338	10
Outras disponibilidades do Poder não comprometidas com RP	-	-	-	-	0
TOTAL	4.935.452	16.860.507	23.443.062	66.011.070	5.129
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					410.422.501

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009

O demonstrativo evidencia os valores relativos à inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício de 2009.

### 3.5.6 - Resultado Primário

As metas de resultado primário para o ano de 2009, a princípio, foram fixadas pelo art. 2º da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO-2009, da seguinte forma: 3,80% do Produto Interno Bruto – PIB para o Setor Público Consolidado, sendo 2,20% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFS e 0,65% do PIB para o Programa de Dispendios Globais – PDG, com a possibilidade de se reduzir tais metas em até R\$ 15.567,0 milhões correspondentes ao Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI. Em 9 de outubro de 2009, a Lei no 12.053 alterou tais metas para 2,50%, 1,40% e 0,20%, respectivamente, e a possibilidade de redução para R\$ 28.500,0 milhões, abrangendo toda a programação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em maio, por ocasião da reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, foi possível dimensionar melhor os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia doméstica, sendo identificada a necessidade de margem para o setor público adotar medidas de política fiscal anticíclicas, complementamente às outras já em curso. Assim, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional proposta de alteração do arts. 2º e 3º e do Anexo IV da LDO-2009, por meio da Mensagem no 326, de 14 de maio de 2009, posteriormente convertida na Lei no 12.053, de 09 de outubro de 2009.

Tal alteração previa: i) a redução da meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% para 2,50% do PIB, distribuída da seguinte forma: a) 0,75% no âmbito do Governo Central, cuja meta foi reduzida de 2,15% para 1,40% do PIB; b) 0,50% das empresas estatais federais, que passou de 0,70% do PIB para 0,20% do PIB, resultado da exclusão das empresas do Grupo Petrobras; e c) 0,05% dos Governos Regionais, decorrente da redução da meta de 0,95% para 0,90% do PIB; e ii) a ampliação da possibilidade de abatimento da meta de resultado primário

no montante dos gastos efetivamente realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executados no exercício até o montante de R\$ 28,5 bilhões, acrescidos dos restos a pagar deste Programa.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em decorrência das reavaliações das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, bem como reprojeções dos parâmetros macroeconômicos, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2009 foi atualizado, quando da edição do Decreto no 7.036, de 17 de dezembro de 2009, último decreto que estabeleceu a programação orçamentária e financeira para o exercício, para R\$ 48,8 bilhões (1,60% do PIB), dos quais R\$ 42,7 bilhões (1,40% do PIB) relativos ao Governo Central e R\$ 6,1 bilhões (0,20% do PIB) relativos às empresas estatais federais não-financeiras.

Considerando-se a realização de despesas no âmbito do PAC no montante de R\$ 17,9 bilhões, resulta que o valor da meta de superávit primário do Governo Federal para fins de cumprimento do dispositivo legal é de R\$ 30,8 bilhões.

Encerrado o exercício de 2009, o superávit primário do Governo Federal, apurado pelo Banco Central do Brasil, atingiu R\$ 40,6 bilhões, superando, portanto, em R\$ 9,8 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Esta diferença foi suficiente para cobrir o desvio entre superávit primário esperado para os Governos Regionais, R\$ 27,4 bilhões, e o montante efetivamente realizado, R\$ 23,9 bilhões. Com esses resultados, evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no § 1º do art. 2º da LDO-2009, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras.

A apuração do Resultado Primário no Brasil é feita por dois órgãos: o Banco Central do Brasil que utiliza a

metodologia “abaixo da linha”, que reflete a variação da dívida líquida do setor público; e a Secretaria do Tesouro Nacional que o faz pelo conceito “acima da linha” que reflete a diferença entre receitas e despesas públicas. As diferenças entre as duas metodologias ocorrem principalmente em função da diferença de momentos em que os registros contábeis são considerados para o cálculo do resultado (princípios de caixa e competência).

O Resultado Primário da União totalizou R\$ 32,9 bilhões no exercício de 2009, contra R\$ 71,4 bilhões observados no exercício anterior. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R\$ 82,7 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social

– RGPS (R\$ 42,9 bilhões) e do Banco Central (R\$ 629,6 milhões).

A redução do superávit primário do setor público não financeiro em 2009 também contribuiu para o aumento na relação DLSP/PIB. O superávit do setor público consolidado atingiu R\$ 64,5 bilhões (2,06% do PIB), reduzindo-se em 1,48 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Houve redução do superávit em todas as esferas do setor público, com destaque para a queda equivalente a 1,02 p.p. do PIB no superávit do Governo Central. Esse desempenho foi influenciado pelo crescimento real negativo de 2,96% das receitas federais, incluindo as receitas previdenciárias, considerando o IPCA como indexador.

#### NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2008		2009	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Usos	57,2	1,9	104,6	3,3
Primário	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1
Juros	163,7	5,4	169,1	5,4
Fontes	56,5	1,9	104,6	3,3
Financiamento interno	81,5	2,7	158,0	5,0
Dívida mobiliária	171,1	5,7	265,5	8,5
Dívida bancária	-92,9	-3,1	-126,8	-4,0
Outros	3,3	0,1	19,3	0,6
Financiamento externo	-25,0	-0,8	-53,4	-1,7

Fonte: Banco Central – Metodologia “abaixo da linha”

#### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO¹ - OFSS

RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III)		R\$ Milhares		
RECEITAS		RECEITAS REALIZADAS		
		No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
<b>RECEITA TOTAL</b>		153.887.438	739.304.486	716.658.414
RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I)		110.986.691	555.053.817	551.343.792
<b>Receita Bruta</b>		116.436.914	569.845.995	564.732.590
Receitas de Impostos		48.734.343	258.170.268	269.274.549
Impostos s/ Comércio Exterior		2.963.106	16.103.348	17.243.105
Impostos s/ Patrimônio e Renda		34.995.757	192.071.065	192.224.832
Impostos s/ Produção e Circulação		10.775.480	49.995.854	59.806.612
Receitas de Contribuições		40.842.865	212.514.001	215.427.134
Demais Receitas		26.859.706	99.161.727	80.030.907
Concessões de Serviços Públicos		117.995	3.091.417	6.080.005
Participações e Dividendos		8.381.792	26.683.036	13.363.768
Outras		18.359.919	69.387.274	60.587.134
(-) Restituições		(5.450.223)	(14.737.373)	(13.387.718)
(-) Incentivos Fiscais		-	(54.805)	(1.079)
RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II)		42.399.999	182.008.444	163.355.271
RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III)		500.748	2.242.225	1.959.350
<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)</b>		26.072.730	127.683.782	133.075.503
<b>RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I + II + III - IV)</b>		127.814.708	611.620.704	583.582.911

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
<b>DESPESA TOTAL</b>	115.452.125	572.405.221	497.900.522
<b>DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)</b>	71.034.294	344.657.042	295.907.164
Pessoal e Encargos Sociais	30.269.538	151.652.813	130.829.102
Custeio e de Capital	40.518.726	191.824.689	164.035.543
Despesa do FAT	4.252.764	27.433.038	21.026.426
Subsídios e Subvenções Econômicas	1.422.996	5.410.783	5.979.842
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.275.524	18.945.995	16.036.196
Outras Despesas de Custeio e de Capital	31.567.442	140.034.872	120.993.079
Transferências ao Banco Central	246.030	1.179.540	1.042.518
<b>DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)</b>	43.759.732	224.876.366	199.562.012
<b>DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)</b>	658.100	2.871.813	2.431.346
<b>FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>2</sup> (IX)</b>	-	-	14.244.000
<b>RESULTADO PRIMÁRIO<sup>3</sup></b>	<b>PERÍODO</b>		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (X) = (V-(VI+VII+VIII)-(V-(VI+VII+VIII)-IX)</b>	12.362.582	39.215.483	71.438.389
Tesouro Nacional (XI) = (I-IV-VI-IX)	13.879.667	82.712.994	108.117.126
Previdência Social - RGPS <sup>4</sup> (XII) = (II-VII)	(1.359.733)	(42.867.922)	(36.206.741)
Banco Central <sup>5</sup> (XIII) = (III) - (VIII)	(157.352)	(629.589)	(471.996)

FONTE: STN/CESEF – “Metodologia acima da linha”

1 Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central

2 Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº

11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

3 Os valores entre parênteses correspondem a déficit.

4 Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

5 Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

Registrou-se ainda, no âmbito do Governo Central, aumento no déficit da Previdência Social, que passou de 1,20% do PIB em 2008 para 1,37% em 2009. Esse resultado refletiu o crescimento menor das receitas relativamente às despesas com benefícios, a despeito da elevação da massa salarial e do emprego formal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao ano de 2009 estabeleceu a meta de superávit primário do setor público em 2,5%, com a possibilidade de serem descontados da meta os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que alcançaram 0,57% do PIB no acumulado do ano. Tendo em vista o superávit primário efetivamente alcançado, de 2,06% do PIB, foram utilizados R\$13,9 bilhões (0,44% do PIB) de despesas do PAC para desconto da meta.

#### NFSP – RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2007		2008		2009	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-59,4	-2,2	-71,3	-2,4	-42,4	-1,4
Governos regionais	-29,9	-1,1	-30,6	-1,0	-21,0	-0,7
Empr. estatais	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-1,1	0,0
Total	-89,7	-3,4	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1

Fonte: Banco Central – Metodologia “abaixo da linha”

#### METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2009

ABRANGÊNCIA	LDO 2009		Dec. 7.036/2009		Realizado 2009 <sup>/2</sup>	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO</b>	<b>118,3</b>	<b>3,80</b>	<b>76,2</b>	<b>2,50</b>	<b>64,5</b>	<b>2,06</b>
<b>Governo Federal</b>	<b>88,7</b>	<b>2,85</b>	<b>48,8</b>	<b>1,60</b>	<b>40,6</b>	<b>1,30</b>
- Governo Central	68,5	2,20	42,7	1,40	42,4	1,36
- Estatais Federais	20,2	0,65	6,1	0,20	-1,9	-0,06
<b>Governos Regionais</b>	<b>29,6</b>	<b>0,95</b>	<b>27,4</b>	<b>0,90</b>	<b>23,9</b>	<b>0,77</b>
PPI-PAC conforme Decretos de Programação <sup>/3</sup>	15,6	0,50	28,5	0,94	17,9	0,57
Meta para fins de cumprimento da LDO 2009	70,8	2,27	30,8	1,01	40,6	1,30
<b>PIB Nominal (R\$ milhões)</b>	<b>3.113.399</b>		<b>3.047.192</b>		<b>3.128.552</b>	

Elaboração: STN/MF – Metodologia “acima da linha”

/1 O valor do PIB Nominal para 2009 constante da LOA 2009 foi estimado pelo Congresso Nacional. O Decreto 6.752/2009 adotou a mesma estimativa da LOA.

/2 PIB realizado em 2009 é estimativa do Banco Central.

/3 Ações selecionadas nos termos do art. 3º da Lei nº 11.768, de 2008 (PPI), e alteração introduzida pela Lei nº. 12.053, de 09 de outubro de 2009 (PAC).

Ressalte-se também o comportamento dos juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro, cujo total, em 2009, alcançou 5,40% do PIB, reduzindo-se em 0,05 p.p. em relação ao total apropriado em 2008. Esse comportamento foi influenciado pela redução da taxa Selic acumulada, de 12,48% em 2008, para 9,93% em 2009.

No caso do Governo Central, houve aumento dos juros nominais apropriados, que passaram de 3,2% do PIB em 2008 para 4,78% em 2009. Foi influenciado também pela menor receita de juros apropriada sobre os ativos da União junto aos governos regionais.

Esses ativos, que são a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultam dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou deflação de 1,44% em 2009, contribuindo para reduzir os juros apropriados dos governos regionais, e aumentar os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal encerraram o ano de 2009 registrando déficit equivalente a 3,34% do PIB, superior em 1,43 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior, em função da redução do superávit primário.

No caso do Governo Central, houve aumento do déficit nominal equivalente a 2,6 p.p. do PIB. Nos governos regionais, o resultado nominal no período evoluiu favoravelmente, passando de um déficit de 1,17% do PIB em 2008 para superávit de 0,07% em 2009, desempenho que refletiu a queda dos juros nominais apropriados.

No segmento das empresas estatais, houve redução do superávit nominal, de 0,1% do PIB para 0,02%, repercutindo o desempenho desfavorável das estatais federais em 2009.

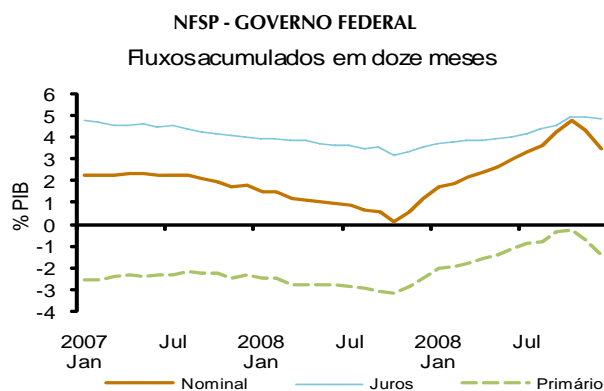
O déficit nominal do setor público acumulado no ano foi financiado com expansões de R\$ 265,5 bilhões na dívida mobiliária e de R\$ 19,3 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pelas reduções de R\$ 126,8 bilhões na dívida bancária líquida e de R\$ 53,4 bilhões no financiamento externo líquido.

## Resultado Nominal

No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o resultado nominal deficitário aumentou em 2009.

Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 3,49%, elevando-se 2,27 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse aumento o decréscimo de 1,01 p.p. no superávit primário e o aumento de 1,25% nos juros nominais apropriados.

O déficit nominal do Governo Federal em 2009 foi financiado, sobretudo, com a expansão de R\$ 135,9 bilhões na dívida mobiliária, contrabalançada, parcialmente pelas reduções de R\$ 120,4 bilhões na dívida bancária líquida e de R\$ 3,8 bilhões no financiamento externo.



(+) Déficit (-) Superávit  
Fonte: Banco Central do Brasil